

POLÍTICA DE EXPANSÃO E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL EM CAMPO GRANDE/MS.

Edilmar Galeano Marques
Marcia Rita de Amorim Portela
Francimar Batista Silva
Fátima Ramalho Lefone

Faculdade Campos Elíseos

e.bob@hotmail.com
marciaport@yahoo.com.br
francimarbatista@gmail.com
lefone644@gmail.com

RESUMO

O presente texto apresenta um recorte parcial de uma pesquisa de Pós-Graduação Lato Sensu em andamento, que investiga a implementação de políticas públicas de educação profissional em uma escola estadual na cidade de Campo Grande, MS. A pesquisa está vinculada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Educação com Ênfase em Direito Aplicado a Educação pela Faculdade Campos Elíseos. Este trabalho tem como objetivo compreender a política de expansão da Educação Profissional e os desafios na implantação do programa em uma escola pública estadual. Analisa fontes histórico-sociais, no cenário nacional, que trouxeram significativas mudanças e se fizeram sentir nas modalidades de educação profissional a serem ofertadas à sociedade. O estudo faz uma breve abordagem sobre a concretização da educação profissional no Brasil e considera a proposta dessa modalidade de ensino na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, com foco na proposta atual de ensino médio integrado em uma escola estadual. Para tanto, realizamos, inicialmente, levantamento bibliográfico e através do estado do conhecimento, procuramos autores que discutem sobre o objeto de pesquisa, sendo Simões (2007), Ramos (2005), Kuenzer (2010) e outros, além de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (Lei n. 9.394/1996), o Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (2012) e os Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado propostos pela UNESCO. Destaca-se que, para que a Educação Profissional de qualidade seja assegurada, no país, é fundamental, sobretudo, que os filhos das classes menos favorecidas - historicamente alunos dessa modalidade de ensino - possam inserir-se concretamente nos setores societário e produtivo.

Palavras-chave: Educação profissional; Políticas Públicas; Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade de apresentar um redesenho dos programas de políticas públicas voltados ao mercado de trabalho, tendo como objetivo a implantação desses programas com enfoque na formação de recursos humanos que visem à profissionalização.

Tem-se, como objetivo geral, compreender a política de expansão da Educação Profissional e os desafios na implantação do programa em escola pública estadual. Atrelados a este, definiram-se objetivos específicos quais sejam: analisar fontes histórico-sociais, no cenário nacional, que trouxeram significativas mudanças e se fizeram sentir nas modalidades de educação profissional; abordar sobre a concretização da educação profissional no Brasil e considerar a proposta dessa modalidade de ensino na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, com foco na proposta atual de ensino médio integrado.

As considerações ao longo deste artigo concentram-se sobre algumas das principais transformações na educação nos últimos anos, enfocando a implementação das políticas públicas para Educação Profissional no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, levanta-se a seguinte questão: Quais os desafios e implicações trazidos a uma escola estadual na implantação de um programa de ensino médio integrado ao ensino profissionalizante?

Há algum tempo, as instituições governamentais da educação passaram a ter uma visão inovadora, flexível, centrada na aprendizagem, fortalecida em seu caráter de uma educação tecnológica pública com a preocupação de oferecer e difundir conhecimentos de qualidade, caracterizada por processos de gestão transparentes e eficientes, com amplo reconhecimento social por seus resultados e contribuições ao desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, do indivíduo.

Desse modo, a sociedade atual requer profissionais formados com novas formas de pensar a fazer e aprender a ser, com um conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos pertinentes para atuar profissionalmente, buscando, com responsabilidade social, a solução de problemas que afetam a sociedade. Acrescenta-se, ainda, que a sociedade requer profissionais com formação, competentes, integrais, éticos, honestos e responsáveis, com uma sólida formação científica e humanística, crítica e comprometida com seu entorno, criativa, sensível às preocupações do próximo.

Diante dessa expectativa, o projeto pedagógico das instituições retoma as propostas da escola nova, que concebe o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem e o situa em uma posição ativa frente a esse processo cujo foco é o perfil do profissional exigido pelo mercado de trabalho.

Destaca-se a relevância deste estudo, pelo fato de o ensino médio ser o ambiente de milhões de jovens brasileiros, protagonistas do ideário da integração desse nível de ensino com a educação profissional, tal como manifestado neste texto sobre o ensino integrado: “sobressai na exigência de

que os jovens definam, planejem e executem projetos que possam modificar a realidade, ou seja, na demanda obrigatória de intervenção protagônica dos jovens” (UNESCO, 2011, p. 268).

Ademais, destaque-se que a concepção de ensino integrado perpassa a necessidade de muitos jovens estudantes, de serem inseridos mais rapidamente no mercado de trabalho, para manutenção própria e, muitas vezes, para manutenção da família. Segundo Simões (2007, p. 84),

O ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada

Nesse mesmo sentido, Ramos (2005, p. 13) reitera a defesa do ensino médio integrado à educação profissional:

posto que a profissionalização de jovens é tanto uma necessidade quanto uma possibilidade para que o enfrentamento das adversidades econômicas seja feita mediante uma referência identitária relevante para os sujeitos, qual seja, a de ser profissional de uma área. Não obstante, o que perseguimos não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui. Por isto, é também uma obrigação ética e política, garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos.

Para além de favorecer um emprego de subsistência, essa concepção de ensino integrado visa criar condições para que o estudante se perceba nesse cenário de rápidas mudanças do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que seja capaz de construir conhecimentos que lhe garantam ascensão aos cursos superiores mais especializados.

1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para uma abordagem acerca da educação profissional nos dias atuais, é necessário que se registre que essa modalidade de ensino resulta de várias acepções históricas, com avanços e retrocessos, tendo em vista a sua adequação às modificações e anseios experimentados pela sociedade brasileira.

Como decorrência, o presente objeto de estudo pode ser analisado como fruto de um processo de desenvolvimento histórico-social decorrente das transformações do modo de produção do homem em sociedade, ou seja, conforme a teoria marxista, na qual o homem se forma dentro das relações sociais através do seu trabalho e que, por corolário dessa produção material, sustenta inclusive a própria sociedade. Para que a educação profissional chegue ao ponto como é conhecida e praticada, hoje, requer, primordialmente, uma organização de modo a que o trabalho didático atenda às peculiaridades e atinja o objetivo pelo o qual foi implantado.

Percebe-se, da parte de muitos autores, uma preocupação relacionada à política que estabelece práticas educativas cuja perspectiva seja a de superação do dualismo estrutural entre formação intelectual e formação profissional, ainda que, conforme a concepção de Kuenzer (2010, p. 862), essa superação não seja:

uma questão pedagógica, uma vez que é socialmente determinada pela contradição entre capital e trabalho. Ou seja, a divisão entre trabalho intelectual e trabalho prático, que por muito tempo justificou duas redes de ensino médio, uma de educação geral para a burguesia e outra profissional para os trabalhadores, tem sua origem na separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho.

Assim, prossegue-se com uma reflexão histórica acerca da educação profissional com vistas à sua implantação em uma escola estadual em Campo Grande-MS.

1.1 A Educação Profissional no Brasil: breve histórico

É importante observar que o Estado não é o único responsável pela execução da educação profissional, porém, sua concepção, acompanhamento e controle devem ser objeto de uma política pública, sujeita à deliberação do legislativo e ao controle social, dotada de recursos orçamentários e garantia de continuidade, complementando a educação básica e os conhecimentos específicos para o adequado exercício profissional.

Segundo Kuenzer e Ferreti (1999), a educação profissional faz parte do processo integral de formação dos trabalhadores, portanto, deve ser compreendida como uma política pública e estratégica. No entanto, diferentes sujeitos sociais têm interesses específicos na formação para o trabalho. Além dos trabalhadores, que deveriam ser os principais sujeitos envolvidos na concepção e planejamento da educação profissional, os sindicatos, os empresários, a iniciativa privada em

questões educacionais, o segmento comunitário (associação de moradores, associações religiosas e beneficentes, organizações não-governamentais) são outros tantos sujeitos sociais que mostram interesse nessa modalidade.

As políticas necessárias a essa nova visão requerem o modelo educativo cujas propostas de educação estejam integradas por diversos elementos, desde a filosofia que lhes dá sustentação até os processos didáticos que lhes dão vida e concretude.

Isso se traduz na necessidade de compreender as características particulares da formação profissional, as leis que regem seu desenvolvimento, os agentes sociais que nela intervêm e as características fundamentais da estrutura ideológica correspondente, além das ideias que a dominam.

Suas raízes podem ser rastreadas na combinação de diversas influências teóricas como a escola nova, pragmatismo, antiautoritarismo, psicanálise, tecnologia educacional e psicologia cognitiva, assim com as características das condições concretas existentes no mercado de trabalho globalizado e das diversas tendências políticas que nela se manifestam.

Com base nesse conceito, desde 1996 o governo brasileiro aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que instituiu grandes modificações no sistema educacional do País. Essa Lei iniciou, então, um conjunto de mudanças na forma de pensar e executar a educação e, dessa forma, a educação profissional também passou por alterações.

Pode-se afirmar, então, que a educação profissional é referida, na LDB, como um complemento da educação básica. A Lei destaca que a melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade compatível. De acordo com o § 2º do art. 36 da LDB (Lei n. 9.394/96) “[...] a preparação para profissões técnicas poderá ocorrer no nível do ensino técnico, após ser atendida a formação geral do educando”.

Observa-se que a educação profissional, nesses termos, não se revela como uma prioridade do ensino; ela pode vir posteriormente à educação geral conduzindo ao permanente desenvolvimento da vida produtiva, considerando-se que a LDB não esclarece a articulação dessa modalidade de ensino.

Vale ressaltar que as grandes transformações ocorridas na educação profissional ocorreram no século XX. Com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, através do decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, a história da organização da educação profissional começou a se estruturar e se tornar o acontecimento mais marcante da Primeira República. De acordo com Cunha (2000, p. 63),

A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.

Segundo Kuenzer (2002), “essas escolas, obedeciam a uma finalidade moral de repressão. Assim, na primeira vez que aparece a educação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter do trabalho”.

Hoje, percebe-se que as instituições educativas vêm marcando a necessidade de impulsionar uma mobilidade acadêmica tanto de alunos como de docentes que permitam um intercâmbio acadêmico, o estabelecimento de créditos nos planos de estudo, o uso de tecnologias e a implementação de unidades de aprendizagem associadas e obrigatórias, como, língua estrangeira e pesquisa, além do estágio prático nas organizações respectivas a cada profissão, com o objetivo de gerar uma educação globalizada (ROMANELLI, 2005).

Essas ações, hoje, têm o seu início já no ensino médio, ampliando-se, na educação superior, a igualdade de condições de acesso aos estudos e que se depara com desafios e dificuldades relativas a financiamento, a igualdade de condições de acesso aos estudos e no transcurso deles, melhoria e conservação da qualidade do ensino, a pesquisa e os serviços, as possibilidades de emprego dos diplomados, o estabelecimento de acordos de cooperação eficazes entre empresas e universidade.

A educação de nível médio deve enfrentar os riscos que conformam as novas oportunidades abertas pelas tecnologias e que oferecem melhorias à forma de produzir, organizar, difundir e controlar o saber, além de proporcionar acesso a ela. Essa nova cultura do estudo imbricado no trabalho requer, portanto, um conjunto de novas políticas e competências cognitivas, sociais e tecnológicas.

No período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930, em função do crescimento demográfico, das grandes transformações sociais trazidas pela industrialização que ocorria devido ao enfraquecimento das relações de produção do setor agrícola, houve ampliação da oferta na educação, oportunizando acesso a maior número de jovens.

Na década de 1940, o ensino profissionalizante passou por uma reforma educacional, a “Reforma de Capanema”, conduzida pelo ministro Gustavo Capanema, que fez alterações nas propostas pedagógicas tanto no ensino propedêutico para formação de intelectuais quanto no ensino profissionalizante para formação de trabalhadores, criando as leis orgânicas do ensino secundário,

transformando Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Técnicas Industriais. Nesse período criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, posteriormente, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pela iniciativa privada. Romanelli (2005) reconheceu que as Leis Orgânicas que estruturaram o ensino técnico-profissional foram fundamentais no sentido de oferecer a formação necessária profissional, naquele momento.

Em 1961, com surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 -, as escolas profissionalizantes foram integradas ao sistema regular de ensino, o que permitiu, aos seus egressos, o acesso ao ensino superior, anteriormente bastante dificultado. Segundo Fonseca (2006, p. 43), “o sentido da educação passa a ser o de investimento, atendendo às necessidades do desenvolvimento econômico, integração empresa/escola, necessidade de qualificar recursos humanos para atender as demandas do mercado e trabalho”.

Essa década é conhecida como a do milagre econômico, na qual o processo produtivo foi ampliado, surgindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 5.692/71, que estabeleceu a obrigatoriedade de 8 (oito) anos de escolarização e a educação técnica ou profissional de 2º grau, marcando também um período histórico generalizando a profissionalização no ensino de segundo grau (hoje denominado de nível médio).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, configura-se a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, dispondo que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

Por essa breve exposição, entende-se necessário registrar que, na atual conjuntura do país, há desafios claros a serem superados pelo Governo Federal e Estadual no sentido de universalizar a educação profissional em todas as suas modalidades.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul é um estado relativamente novo e tem apresentado, nos últimos anos, um alto índice de desenvolvimento, porém há que avançar no processo da industrialização, dificultado, em parte, pela baixa densidade demográfica e pela pouca ocupação efetiva do seu

território, concentrando um quarto do seu território pelo Pantanal, que possui um ecossistema riquíssimo em plantas e vegetais, sendo bastante diversificada.

Na economia, destaca-se a agropecuária, com forte presença no contexto nacional, além do setor turístico, devido às belezas naturais existentes; merece destaque, também, o setor sucroalcooleiro e informação.

Nesse cenário, depara-se com a ampliação da oferta de cursos de educação profissionais, considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do estado, oferecidos pela secretaria de estado de educação contemplando os municípios de Amambai, Bela Vista, Campo Grande, Dourados, Iguatemi, Ivinhema, Paranaíba e São Gabriel do Oeste, nos cursos de Administração, Agropecuária, Informática, Manutenção em Suporte de Informática, Marketing, Meio Ambiente e Redes de Computadores na forma integrada, além de outros cursos na forma Concomitante e Proeja, viabilizando ao aluno a inserção e qualificação no mercado de trabalho, contribuindo para desenvolvimento de vocações para vida produtiva e social. O referencial curricular da rede estadual de ensino menciona que

O estabelecimento de ensino ofertante de ensino médio integrado não estará disponibilizando dois cursos ao seu alunado. Trata-se de curso, com projeto pedagógico único, com proposta curricular integrada e uma só matrícula. Para tanto, faz-se necessária à integração não somente documental, mas das disciplinas da base comum com as da base técnica. (RCE/MS, 2012, p. 25)

O plano de política de Educação Profissional para Mato Grosso do Sul prevê

- as ofertas baseada em demandas regionais/locais reais, atuais ou potenciais, já indicadas nos projetos de desenvolvimento do estado e continuamente detectadas com base na coleta e na análise de dados e informações referentes à atividade econômica regional/local.
- oferta definida de acordo com a programação oferecida pelo conjunto das instituições de educação profissional, com objetivo de propor atividades integradas e complementares, e não concorrenciais.
- oferta periodicamente revista ou recomposta, com base na monitoração da evolução das demandas regionais/locais e de pesquisas, quantitativas e qualitativas, referentes à situação profissional dos egressos.
- docentes ligados ao mundo de trabalho e com atuação pedagógica articulada e comprometida com o desenvolvimento de competências. (FADEL, 2005, p. 15)

Frente aos objetivos do Ministério da Educação em assumir valor estratégico para o desenvolvimento nacional, o governo federal, em 2009, destinou maior orçamento para investir na

Educação Profissional, injetando, nesse setor, aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, atendendo às necessidades do arranjo produtivo local em cada região, conforme dados do MEC.

Nessa perspectiva, em 2010, as escolas foram credenciadas e autorizadas a implantar a Educação Profissional Técnica em Nível Médio na modalidade integrado, subsequente e concomitante, mediante o programa Brasil Profissionalizado criado pelo MEC, em 2007, com a pretensão de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica por meio de repasses de recursos, de acordo com a Sinopse das Ações do Ministério da Educação, de novembro de 2010.

O ensino médio integrado tenta superar a forma dicotômica e positivista que compartimentou o conhecimento em disciplinas, tradicionalmente concebidas em formação geral (Língua Portuguesa, Matemática, Física, História etc.) e formação específica (Administração, Agropecuária, Informática, Manutenção em Suporte de Informática, Marketing e outras). Essa prática pedagógica cria a ideia de separação e hierarquização do conhecimento em que o “saber” relaciona-se às disciplinas gerais e a “prática”, às disciplinas específicas. O ensino médio tomado de forma integrada à educação profissional busca relacionar os conhecimentos gerais dispostos em variadas disciplinas com o movimento histórico de produção do conhecimento alinhado a resoluções de problemas. Ramos (2005, p. 15) considera que

A historicidade dos fenômenos e do conhecimento dá vida aos conteúdos de ensino, pois foram cientistas e grupos sociais do passado que desenvolveram determinadas teorias, mas eles representam o movimento da humanidade em busca do saber. Portanto, expressam a nossa capacidade, como seres humanos, de produzirmos conhecimentos e tomarmos decisões quanto aos destinos de nós mesmos. A compreensão dessa lógica nos permite nos ver como sujeitos e não como objetos de uma trama social que desconhecemos; permite-nos nos ver, portanto, como intelectuais e como potenciais dirigentes dos rumos que nossas vidas e que a sociedade pode vir a tomar.

A integração curricular das disciplinas perpassa a diminuição das classificações e enquadramentos do conhecimento humano-escolar. No modelo mais tradicional de escola, existem fronteiras bem definidas entre as disciplinas, ou seja, classificação bem delimitada, controle do processo, tudo nas mãos dos professores, o que caracteriza um acentuado enquadramento. Nesse cenário, a integração curricular é dificultada.

A modalidade ‘integrado ao ensino médio’ destina-se aos egressos do ensino fundamental. A modalidade ‘concomitante’ destina-se a estudantes que estejam cursando o segundo ano do ensino médio em diante e os egressos desse nível escolar. Outra categoria de educação profissional é o

PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos), destinado aos jovens maiores de 18 (dezoito) anos e adultos egressos do ensino fundamental, modalidade não contemplada no estado de MS.

Os cursos ofertados foram de Administração, devido à vitalidade no setor comercial, chegando a 22 mil estabelecimentos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e de Meio Ambiente, haja vista a presença de belezas naturais como o Pantanal, reconhecido como uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do Planeta, o que lhe conferiu status de patrimônio mundial pela UNESCO, em 2000, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Ademais, com o crescimento do setor imobiliário em Campo Grande, foi autorizado, em 2011, o Curso Técnico de Transações Imobiliárias, visto que esse mercado encontrava-se em franca expansão, com grandes incentivos por parte do governo em suprir o déficit habitacional, como ressaltou o presidente do Secovi/MS (Sindicado da Habitação de Mato Grosso do Sul).

Desse modo, o retorno dos cursos técnicos, portanto, no estado de Mato Grosso do Sul, torna-se uma alavanca no desenvolvimento local.

As considerações ao longo deste artigo concentram-se sobre algumas das principais transformações na educação nos últimos anos, enfocando a implementação das políticas públicas para Educação Profissional em nosso Estado. Concluem-se as argumentações, mencionando Comenius, para quem a educação constitui uma maneira de reorganizar e reconstruir a sociedade e as escolas onde se deve ensinar tudo a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos primeiros resultados da implantação da reforma da educação profissional evidencia a existência de contradições entre o discurso da reforma e suas realizações, ou, dito de outro modo, entre as promessas e seus impactos nas instituições. Outra questão fundamental a ser destacada é a necessidade de se estabelecer uma articulação perene da educação profissional com a educação básica.

Um desafio que se destaca é o de se conseguir, consensualmente, a superação das fronteiras existentes entre as disciplinas, a fim de que se consiga uma integração curricular.

Tal exigência deve permear todas as modalidades e níveis de educação profissional, sejam integrantes do ensino formal ou não-formal, envolvendo as instituições que compõem as redes de educação profissional.

Portanto, assegurar uma Educação Profissional de qualidade, no País, é fundamental, sobretudo para que os filhos das classes menos favorecidas, historicamente alunos dessa modalidade de ensino, possam inserir-se concretamente nos setores societário e produtivo. Impõe-se, então, a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, cujo esforço deve agregar os princípios e fundamentos da educação básica que articulam cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição de cidadania e democracia efetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 11 jul. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas volume único. São Paulo: Saraiva, 2010.

CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Demerval Saviani e Newton Duarte (orgs.). Campinas: Autores associados, 2012.

FONSECA, L.S. **Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990**. In: CIAVATTA M.; FRIGOTTO G. (orgs). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FADEL, Elizabeth. **Política de Educação Profissional para Mato Grosso do Sul**. Brasília, UNESCO/Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do cadastro central de empresas 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500270&idtema=88&search=mato-grosso-do-sul|campo-grande|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2010>>. Acesso em: 13 out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Pantanal Matogrossense**. Disponível

em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=281F2847CC8592A6D476F59FB4E2421B?id=372>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

KUENZER, Acácia (org.) **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida?** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

MATO GROSSO DO SUL - **Referencial curricular da rede estadual de ensino**. Campo Grande: SED/MS, 2012.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>> Acesso em: 16 out 2017.

SIMÕES, Carlos A. **Juventude e Educação Técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

UNESCO. **Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado**. Brasília: UNESCO, 2011.